



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

DECRETO Nº 23.196, DE 14 DE MAIO DE 2024.\*

PREF. MUN. DE V. DA CONQUISTA  
Publicado no D.O. em 16/05/2024  
Edição nº 3702 menciona art. 165 na  
1ª origem.

Abre, no âmbito do poder executivo municipal, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), com recursos oriundos de Superávit Financeiro na forma que indica, e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe a Lei nº 4.320/64, em seu art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º e devidamente autorizada pela Lei municipal nº 2.838, de 28 de dezembro de 2023, art. 6º, inciso I, b; e

**CONSIDERANDO** a apuração do Superávit, no exercício de 2023, na Fonte de Recursos 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no valor de R\$ 6.125.904,47; e

**CONSIDERANDO** que, até o presente momento, houve abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro na supracitada Fonte de Recurso, no valor de R\$ 4.052.000,00;

### DECRETA:

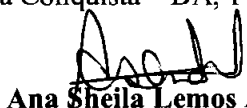
**Art. 1º** Fica aberto no Orçamento Municipal vigente, no âmbito do Poder executivo, o crédito adicional suplementar oriundo de Superávit Financeiro, no valor de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das dotações e correção da natureza da despesa, conforme discriminado no Anexo Único deste Decreto.

**Art. 2º** Fica associada à natureza da despesa o Elemento Despesa – 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria, na Ação – 2.138 – Des. das Ações de Gestão do Cadúnico e dos Programas de Transferência de Renda e na Fonte de Recursos - 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

**Art. 3º** As despesas resultantes da abertura do crédito de que trata este Decreto correrão por conta dos recursos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista – BA, 14 de maio de 2024.

  
**Ana Sheila Lemos Andrade**  
Prefeita Municipal

\* Replicação por haver sido constatado erro material.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

DECRETO Nº 23.196, DE 14 DE MAIO DE 2024.\*

ANEXO ÚNICO

| ÓRGÃO: 2800 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL |                   |   |       |                 |
|--|-------------------|---|-------|-----------------|
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA   | PROJETO ATIVIDADE | ELEMENTO  | FR    | ACRÉSCIMO (R\$) |
| 2802   | 0824409022.055    | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 2.660 | 150.000,00✓     |
| 2802   | 0824409022.056    | 3.3.90.30.00 - Material de Consumo                            | 2.660 | 40.000,00✓      |
| 2802   | 0824409022.056    | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 2.660 | 60.000,00✓      |
| 2802   | 0824409022.056    | 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente             | 2.660 | 100.000,00✓     |
| 2802   | 0824409022.138    | 3.3.90.30.00 - Material de Consumo                            | 2.660 | 20.000,00✓      |
| 2802   | 0824409022.138    | 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria                        | 2.660 | 75.000,00✓      |
| 2802   | 0824409022.138    | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 2.660 | 100.000,00✓     |
| TOTAL DO ÓRGÃO   |                   |   |       | 545.000,00✓     |

TOTAL GERAL R\$ 545.000,00

\* Republicação por haver sido constatado erro material.





## DECRETO Nº 23.196, DE 14 DE MAIO DE 2024.\*

Abre, no âmbito do poder executivo municipal, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), com recursos oriundos de Superávit Financeiro na forma que indica, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe a Lei nº 4.320/64, em seu art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º e devidamente autorizada pela Lei municipal nº 2.838, de 28 de dezembro de 2023, art. 6º, inciso I, b; e

**CONSIDERANDO** a apuração do Superávit, no exercício de 2023, na Fonte de Recursos 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no valor de R\$ 6.125.904,47; e

**CONSIDERANDO** que, até o presente momento, houve abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro na supracitada Fonte de Recurso, no valor de R\$ 4.052.000,00;

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no Orçamento Municipal vigente, no âmbito do Poder executivo, o crédito adicional suplementar oriundo de Superávit Financeiro, no valor de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das dotações e correção da natureza da despesa, conforme discriminado no Anexo Único deste Decreto.

**Art. 2º** Fica associada à natureza da despesa o Elemento Despesa – 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria, na Ação – 2.138 – Des. das Ações de Gestão do Cadúnico e dos Programas de Transferência de Renda e na Fonte de Recursos - 660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

**Art. 3º** As despesas resultantes da abertura do crédito de que trata este Decreto correrão por conta dos recursos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista – BA, 14 de maio de 2024.

**Ana Sheila Lemos Andrade**  
Prefeita Municipal

### ANEXO ÚNICO

| ÓRGÃO:                | 2800 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL |   |       |                 |
|-----------------------|---|---|-------|-----------------|
| UNIDADE ORÇAMEN TÁRIA | PROJETO ATIVIDADE                                     | ELEMENTO  | FR    | ACRÉSCIMO (R\$) |
| 2802                  | 0824409022.055  | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 2.660 | 150.000,00      |
| 2802                  | 0824409022.056  | 3.3.90.30.00 - Material de Consumo                            | 2.660 | 40.000,00       |
| 2802                  | 0824409022.056  | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 2.660 | 60.000,00       |
| 2802                  | 0824409022.056  | 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente             | 2.660 | 100.000,00      |
| 2802                  | 0824409022.138  | 3.3.90.30.00 - Material de Consumo                            | 2.660 | 20.000,00       |
| 2802                  | 0824409022.138  | 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria                        | 2.660 | 75.000,00       |
|                       |   | 3.3.90.39.00 - Outros   |       |                 |



|                       |                |  |       |                   |
|-----------------------|----------------|--|-------|-------------------|
| 2802                  | 0824409022.138 | Serviços de Terceiros<br>- Pessoa Jurídica | 2.660 | 100.000,00        |
| <b>TOTAL DO ÓRGÃO</b> |                |  |       | <b>545.000,00</b> |

**TOTAL GERAL R\$ 545.000,00**

## **DECRETO Nº 23.197, DE 16 DE MAIO DE 2024**

Regulamenta a aplicação e implementação da Lei federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo municipal e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso XI, da Lei Orgânica do Município; e

**CONSIDERANDO** que a **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, disciplina as normas gerais de interesse nacional a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de proteção de dados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação das normas específicas e procedimentos da **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**, e a necessidade de disciplinar os procedimentos de proteção de dados no âmbito do Município de Vitória da Conquista;

**CONSIDERANDO** que a proteção dos dados pessoais é um direito fundamental, previsto no inciso LXXIX do artigo 5º da Constituição Federal, nos termos da Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dotar o Poder Executivo Municipal de mecanismos de proteção de dados pessoais para garantir o cumprimento da norma de regência; e

**CONSIDERANDO** a crescente utilização da Internet e de modelos computacionais estruturados para acesso e processamento de dados disponibilizados pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Vitória da Conquista;

### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) -, a fim de tutelar o direito fundamental à proteção dos dados pessoais no âmbito da Administração Pública Municipal, estabelecendo competências, diretrizes, procedimentos gerais e providências correlatas a serem observados por seus órgãos e entidades componentes, visando garantir a proteção de dados pessoais.

**Art. 2º** Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II – dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III – banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais em suporte eletrônico ou físico;

IV – titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

V – Comissão Permanente de Monitoramento e Acompanhamento: instituída pelo artigo 8º da Lei Complementar Municipal nº 2.064/2015, é responsável para esclarecer dúvidas e qualificar informação ou documento como sigiloso;

VI – controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;